



História: Debates e Tendências

ISSN: 1517-2856

felipeabal@upf.br

Universidade de Passo Fundo

Brasil

Claro, Livia

Pensando a guerra e a nação: a Liga Brasileira pelos Aliados e suas ideias sobre o Brasil no contexto da Primeira Guerra Mundial (1915-1919)

História: Debates e Tendências, vol. 14, núm. 2, julho-diciembre, 2014, pp. 292-305

Universidade de Passo Fundo

Passo Fundo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=552456386004>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Pensando a guerra e a nação: a Liga Brasileira pelos Aliados e suas ideias sobre o Brasil no contexto da Primeira Guerra Mundial (1915-1919)

Thinking about the war and the nation: the Brazilian League for the Allies and its ideas about the Brazil on First World War (1915-1919)

Pensando acerca de la guerra y de la nación: la Liga Brasileña por los aliados y sus ideas acerca de Brasil en el contexto de la Primera Guerra Mundial (1915-1919)

Livia Claro*

Resumo

Em março de 1915, fundou-se no Rio de Janeiro a Liga Brasileira pelos Aliados. A iniciativa partira dos literatos José Veríssimo e Antônio Reis Carvalho, ao lado de Graça Aranha, Eliseu Montarroyos e Augusto de Araújo Gonçalves, e angariou o apoio de personagens ilustres do cenário político e cultural carioca. A associação tornou-se ao longo dos anos de conflito europeu um importante reduto de apoio aos Aliados, porém, extrapolou o seu objetivo inicial. O presente artigo pretende expor e analisar, por meio dos boletins publicados na imprensa carioca, a atuação da associação ao longo dos anos de conflito e suas reflexões acerca da formação nacional brasileira nos anos de 1910.

Palavras-chave: Primeira Guerra Mundial. Primeira República. Intelectuais.

A guerra que vai talvez começar pode desde já chamar-se, mais que nenhuma outra da história, a guerra inexpiável, porque ela resulta de uma longa série de erros e inépcias, senão de crimes que se vêm acumulando na Europa desde que a Alemanha de Bismarck e de Moltke, a Alemanha militar, restaurou ali a conquista, com o tácito assentimento do continente acovardado.

* Graduada em História (Bacharelado e Licenciatura) pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2010) e mestrado em História Política pela mesma instituição (2013). Tem experiência acadêmica na área de História, com ênfase em História Política e História Cultural, atuando principalmente nos seguintes temas de pesquisa: História do Brasil, História Contemporânea e História dos Intelectuais. E-mail: liviaclarop@gmail.com

Recebido em 01/03/2014 - Aprovado em 30-07-2014
<http://dx.doi.org/10.5335/hdtv.14n.2.4573>

Os dizeres supra citados foram escritos por José Veríssimo, no dia 3 de agosto de 1914 e publicados no jornal *O Imparcial*, circulante no Rio de Janeiro. O afamado crítico literário pronunciou-se quando Alemanha e França mobilizavam suas tropas na fronteira, o Império Austro-Húngaro disparava ameaças, e a guerra era uma realidade praticamente concretizada. Ao longo do seu artigo no periódico fluminense, Veríssimo culpou as principais potências europeias pelo iminente conflito, provocado pela leviandade dos governos ao sustentarem uma corrida armamentista e negligenciarem, por conseguinte, os serviços da boa diplomacia. Contudo, conforme evidencia o trecho em destaque, o articulista não hesitou em apontar a guerra como a última consequência da militarização do Império Alemão, tratada com covardia e menosprezo pelo restante da Europa. Para José Veríssimo, residia nas terras da antiga Germânia o prenúncio do conflito que despontava naquele agosto de 1914.

No ano seguinte, a guerra no Velho Continente era já uma certeza para o mundo. E José Veríssimo, àquela altura dos acontecimentos, não se contentara com o papel de simples observador do outro lado do Atlântico. Nos primeiros meses de 1915, foi procurado por Antônio dos Reis Carvalho, funcionário público e literato, com que travara contato, ao que tudo indica, na compilação da coleção “Biblioteca Internacional de Obras Célebres”, em 1913. O escritor trazia a Veríssimo a proposta do burocrata Augusto Araújo Gonçalves e do capitão do Exército, Eliseu Montarroyos, para fundar uma associação de apoio à causa dos Aliados, frente formada por França, Grã-Bretanha e Rússia

no conflito europeu. O convite foi prontamente aceito por José Veríssimo. Uniu-se ao quarteto, o diplomata Graça Aranha, surgindo, assim, a Liga Brasileira pelos Aliados.

A Liga pelos Aliados, conforme ficou conhecida, tinha um objetivo, especificado no seu manifesto de abertura.

Por estarmos convencidos que na guerra atual a verdade, a justiça e a razão estão com as nações, que, aliadas, combatem o militarismo e o imperialismo alemães, declaramos aderir à fundação de uma liga, com o fim de prestar assistência moral e beneficências a essas nações (JORNAL DO COMMÉRCIO, 18 de março de 1915, p. 3).

Ignorando a neutralidade assumida pelo governo brasileiro no confronto europeu, o novo órgão pretendia demonstrar apoio público aos países Aliados e às suas ações beligerantes por motivos bem explicitados naqueles dizeres¹.

A primeira reunião do grupo aconteceu no Clube de Engenharia, no dia 17 de março de 1915. No encontro, juntaram-se ao quarteto fundador, intelectuais, políticos, militares; anônimos e figuras conhecidas da cena social fluminense. Todos, porém, dispostos a assinarem o termo de adesão do grupo. Nomes como os de Paulo de Frontin, Afrânio Peixoto, Alcindo Guanabara e Afonso Escragno de Taunay, dentre outros, figuravam na lista dos presentes.

No encontro do Clube de Engenharia, ficou acertado que a cúpula de decisões da associação seria composta por um presidente, três vice-presidentes, três secretários, quatro tesoureiros e uma comissão executiva, composta por vogais. Para todos os cargos, haveria eleições, assim como para a escolha de qualquer manifestação ou estra-

tégia a ser adotada pelo grupo, obedecendo aos preceitos democráticos de um país republicano, e ao caráter admissional de organizações desse tipo (RIOUX, 2003, p. 108). Para ingressar na Liga, bastaria residir no Brasil e aderir a ela por escrito, sendo nativo ou estrangeiro, mas, imprescindivelmente, alfabetizado, o que excluiria boa parte da população. Uma vez aceito, qualquer membro poderia tomar parte nas suas deliberações, mas era da liderança que partiriam as principais iniciativas, bastando cinco de seus sócios para aprovarem-nas.

O primeiro diretório ficara definido da seguinte forma: José Veríssimo era o seu vice, Eliseu Montarroyos, vogal, Graça Aranha, o representante da Liga no exterior – missão posteriormente dividida com Montarroyos, em Paris -, enquanto Araújo Gonçalves e Reis Carvalho tornaram-se os secretários. O senador baiano Rui Barbosa, tendo recusado o convite para ser o presidente, alegando sobrecarga de compromissos, ficou com a posição de presidente honorário. Havia, ainda, uma extensa comissão executiva, ocupada por diversos personagens do *métier* intelectual do Rio de Janeiro.

Já na sua gênese, a associação viu-se envolvida em polêmica. No dia seguinte à sua fundação, publicara um boletim no *Jornal do Comércio* anunciando a sua existência e seus objetivos, mas também uma réplica, escrita por José Veríssimo, a uma correspondência da Associação dos Empregados do Comércio publicada no mesmo periódico. A querela envolvia a cessão do espaço para a primeira reunião da Liga, que deveria ter ocorrido no salão da citada Associação, por intermédio de um dos seus sócios. Segundo

Veríssimo, no entanto, no último instante a nova diretoria da Associação, empossada após o arranjo, mudara de ideia, em virtude de “zelos de neutralidade”, em uma atitude que o correspondente se abstinha de qualificar, “em respeito deste jornal e de mim próprio” (JORNAL DO COMÉRCIO, 18 de março de 1915, p. 3).

A divergência em relação à neutralidade sustentada pelo governo brasileiro era a principal acusação dirigida à Liga por aqueles que se opuseram à sua criação. Para a entidade, a sua instituição era respaldada pela legalidade. Apoiando-se nas leis nacionais, orquestrou a sua defesa contra os que a acusavam de ferir o decreto n. 11.037/1914. Em 26 de março de 1915, em resposta a um comunicado de autor anônimo no *Jornal do Comércio*, o grupo pôs em circulação um boletim em que anunciava não haver qualquer impedimento previsto na Constituição brasileira à sua existência, tampouco no direito internacional, em que a imposição da neutralidade restringia-se aos Governos, e não aos cidadãos. Para esses,

[...] a neutralidade declarada por uma nação não importa na abstenção impossível e sua opinião no abafamento dos seus sentimentos, nem na proibição de manifestá-los por toda a maneira que não viole regras estabelecidas, nem comprometa a neutralidade oficial [...] do Estado (JORNAL DO COMÉRCIO, 26 de março de 1915, p. 6).

Em outros países até então neutros, como os Estados Unidos e a Argentina, ações como a sua se faziam, segundo alegavam. E, se campanhas beneficentes para enviar doações às tropas aliadas poderiam configurar em infração ao artigo 1º do decreto da neutralidade brasileira, a Liga respondia que

“cada um é livre de aplicar a sua caridade de acordo com os ditames do seu coração” (JORNAL DO COMMÉRCIO, 26 de março de 1915, p. 6).

Para além das discussões sobre as possíveis infringências ao estado neutral do país, a associação, ao longo dos seus anos de existência, travou inúmeros debates na imprensa fluminense em razão de sua interpretação do conflito europeu. Segundo a Liga, a guerra era uma disputa de convicções determinadas pela cultura dos combatentes. Conforme boletim divulgado pouco depois de sua fundação, justificava-se a sua criação pelo seguinte: Os membros da Liga entraram nela por estarem convencidos de que esta guerra envolve princípios, tendências, aspirações, em suma, um pensamento de supremacia e dominação perigoso para o ideal que é dos brasileiros, de paz, concórdia e perfeita igualdade entre os povos e plena liberdade deles se desenvolverem como entendem (JORNAL DO COMMÉRCIO, 23 de março de 1915, p. 4).

De acordo com a agremiação, o perigo advinha de um local em específico. O Império Alemão era apresentado em seus boletins e conferências como o único responsável pelo sangrento conflito europeu, em razão de sua cultura militarista e de dominação. A *kultur*, tão festejada nos meios intelectuais de final do Século XIX e início do Século XX, era motivo de desprezo para os membros da Liga, pois havia imbuído o povo alemão de sentimentos de superioridade sobre os demais povos, estimulando seu espírito conquistador. O caráter de nação dotada de cultura, de civilização, era mesmo negado em alguns discursos da Liga pelos Aliados,

delegando os alemães ao estado de barbárie.

Foi o que afirmou Coelho Netto, em abril de 1915. Membro da comissão executiva da associação, foi escolhido para ser o conferencista em evento de comemoração ao aniversário de Alberto I, rei dos belgas, e arrecadar rendas para a Cruz Vermelha dos Aliados.²Sua fala era uma ode ao rei dos belgas, mas que configurava também um ataque aos alemães.

Segundo o conferencista, o Império de Guilherme II renunciou à cultura, regrediu à barbárie antiga, forjando o confronto fratricida no interior do seu território. Coelho Netto imprimiu um tom conspiratório à eclosão dos acontecimentos de 1914: todo o desenvolvimento material empreendido pelo povo alemão ao longo dos anos não passava de uma preparação militar, desde o incremento das indústrias à expansão do seu comércio. Sobre os representantes comerciais germânicos, o orador teceu a seguinte opinião:

Desenvolvendo prodigiosamente a sua indústria, dando larga expansão ao seu comércio, a Alemanha espalhou por toda a terra a legião dos seus caixeiros viajantes que, enquanto exibiam as amostras aos produtos, *made in Germany*, relanceavam olhares coscovilheiros [sic] observando tudo que lhes ficava em torno e, com a lista das encomendadas para as fábricas, levavam informes para o Estado Maior (JORNAL DO COMMÉRCIO, 9 de abril de 1915, p. 3).

Dos comerciantes aos imigrantes, Coelho Netto não poupou nem mesmo as crianças:

E não era só o caixeiro que exercia o vil ofício – também o artista, também o sábio, também a mulher, também a criança, todos que sabiam emigrados transformavam-se em Asmodeus, espionando segredos para desvendá-los na hora suprema (JORNAL DO COMMÉRCIO, 9 de abril de 1915, p. 3).

Todos os cidadãos alemães, em qualquer parte do mundo, estavam envolvidos em uma conjuração contra o mundo civilizado. Assim, o orador designava os teutônicos e seu país como “bárbaros supercivilizados, toupeira tudesca”, tecendo comparações aos hunos de Atila. Representações que salientavam o demérito dos alemães, qualificados como homens ardilosos, gananciosos e violentos; os únicos responsáveis pelo conflito.

Se a Alemanha era a única culpada, os seus inimigos no *front* eram as vítimas. Os maiores suplícios foram infligidos à Bélgica, nação homenageada daquela noite. Ao falar daquele, de seu soberano refugiado na França, e dos desdobramentos da invasão, Coelho Netto comprovou que no púlpito falava um literato. E como tal, fez amplo uso da linguagem rebuscada que o consagrou como um dos escritores parnasianos mais eminentes do seu tempo. A plateia foi brindada com uma série de imagens idealizadas, menções e comparações infundáveis com mitologias e romances de cavalaria. Quando falou do ultimato do kaiser a Alberto I, Coelho Netto descreveu o momento da seguinte forma:

Recebendo, porém, a intimação arrogante, o Rei saiu ao balcão do seu palácio e, um momento, pensativo, lançou os olhos em torno. Era a hora recolhida em que o dia empalidece e pende sobre o ocaso. E o Rei viu o seu reino e o seu povo. No ar doce afinavam-se docemente os sons dos sinos. Uma floresta de chaminés, frondejando em

fumo, dava às cidades o aspecto estranho de silvas vulcânicas e das entranhas da terra subiam homens tisonados, raízes vivas, espécies de mandrágoras, que traziam para o laboratório da vida a hulha, que é força e claridade, e o ferro, que é o metal laborioso por excelência, instrumento dócil da Vida e da Morte, abrindo a cova para a sementeira e a sepultura para o sono frio, músculo das indústrias e matéria-prima das guerras; os tecelões deixavam os teares; as rendeiras recolhiam as teias aracnídeas; cessava o rumor estrídulo nas pedreiras marmóreas; fechavam-se os armazéns; adormeciam os canais e a musa trefega dos estudantes, sem sentir a fadiga do trabalho, recolhia à mansarda cantando descuidada e alegre (JORNAL DO COMMÉRCIO, 9 de abril de 1915, p. 3).

Assim, a Bélgica era apresentada ao público como uma terra de honra, de virtude, de labor, lugar de um povo pacífico e de fé inabalável na justiça. A invasão do seu território era, portanto, um atentado contra a liberdade e o direito, um “crime de injúria contra a Civilização”, confirmado pelo palestrante na narração dos atos bárbaros que se seguiram, no que chamou de “devastação criminosa” (JORNAL DO COMMÉRCIO, 9 de abril 1915, p. 3). Saques de museus, destruição de catedrais e fábricas; fuzilamento de operários, burgos-mestres e sacerdotes; mutilação de crianças e estupro de mulheres: foram algumas das acusações que Coelho Netto lançou aos alemães, como atentados ao passado, ao presente e ao futuro.

Coelho Neto utilizava de formas argumentativas caras aos partidários da *Entente*: de um lado, a inferioridade cultural e civilizacional da Alemanha, a culpa pela eclosão do conflito, de outro, os Aliados como os defensores da liberdade, do direito e da justiça.

O discurso exemplifica o simbolismo construído em torno de uma Bélgica invadida, como uma nação mártir, resistente à barbárie teutônica. O pequeno país agigantava-se na fala de Coelho Neto, e adquiria o caráter de epicentro da união dos Aliados e da adesão de todos os povos dotados de bondade em torno de sua causa, pois aqueles lutavam não por seus interesses individuais, mas, sim, por toda a humanidade. Era uma ideia compartilhada não apenas entre os partidários brasileiros da *Entente*, mas, sobretudo, pela propaganda aliada vinda do exterior (JACOBI, 2009).

Segundo descrição do *Jornal do Comércio*, o discurso do literato foi acolhido efusivamente pela audiência do Lírico. A Liga pelos Aliados arrecadou um total de 4:000\$, entre venda de ingressos e de prendas disponibilizadas. O montante foi entregue ao ministro plenipotenciário da Bélgica, para que o remetesse à sua rainha, juntamente com um livro de ouro, assinado por sócios e simpatizantes da associação.

Nem todos, porém, apreciaram as palavras do famoso escritor.³ No mesmo dia em que o *Jornal do Comércio* publicou o discurso do festival, um anônimo escreveu ao periódico, acusando tanto o orador, quanto os membros da alta sociedade que frequentou o evento, de impatriotas e deficientes de civismo, ao condoerem-se da guerra europeia e suas vítimas, enquanto no território brasileiro havia igualmente crianças e mulheres em estado de miséria provocado pela guerra do Contestado.⁴ Para o autor do protesto, havia entre a nata da sociedade um enraizado desprezo por tudo o que era próprio do país, da língua aos problemas que o afligia. Iro-

nizava, inclusive, a preocupação com a suposta vilania alemã expressa no discurso de Coelho Netto, encerrando o seu texto com as seguintes palavras: “Dirão naturalmente os que concorreram para o beneficiamento dos infelizes aliados, vítimas no campo de honra, deixando no esquecimento centenas de viúvas e órfãos brasileiros, grande parte vítimas dos combates do “Contestado”, que estas ligeiras notas são escritas por algum... Alemão” (JORNAL DO COMÉRCIO, 9 de abril de 1915, p. 8).

Se a aversão ao germânico impressa no discurso do literato foi motivo de ironia para esse leitor, a Carlos Oppenheimer, autor de “Carta aberta ao Ex. Sr. Coelho Netto”, foi razão de indignação. A correspondência do caixeiro viajante de origem alemã, publicada no dia 10 do mesmo mês, protestava contra as acusações feitas pelo literato em direção aos seus compatriotas e às suas atividades comerciais, convocando Netto a comprová-las. Oppenheimer defendia seu povo, afirmando que o único militarismo desenvolvido foi aquele visando à ordem, ao progresso e ao desenvolvimento comercial da Alemanha – desenvolvimento comercial do qual o Brasil se beneficiaria e contra o qual lutavam as nações coligadas inimigas do Império. Terminava o seu manifesto exortando: “A Alemanha nunca desaparecerá como jamais desaparecerá o azul do céu. V. Ex. nunca poderá provar ou justificar essas suas palavras de amargura para com uma classe honesta, trabalhadora e inteligente [...]” (JORNAL DO COMÉRCIO, 10 de abril de 1915, p. 8).

A postura reprobatória da Liga pelos Aliados em relação ao Império Alemão radicalizou-se com o avançar da guerra e seu

impacto sobre o Brasil. No dia 31 de janeiro de 1917, o Reich informava o bloqueio naval irrestrito dos seus inimigos, impedindo a sua comunicação e o comércio naval com quaisquer embarcações, mesmo neutras. Tomando a nota de resposta do governo brasileiro como insatisfatória, a Liga lançava à imprensa uma moção em que o repreendia rispidamente. O pronunciamento oficial foi classificado como inferior aos dos demais países também avisados, demonstrando a fraqueza diante da Alemanha, e, sobretudo, a contradição às tradições das manifestações enérgicas da chancelaria brasileira.⁵ Julgando-a incompleta e decepcionante em seu conteúdo, a Liga expõe o que a nota deveria ter sido, segundo a sua interpretação:

Essa Nota devia ser, como é da sua própria natureza, afirmação de um direito, um protesto pela eminência de um ataque a esse mesmo direito e a declaração formal da conduta a seguir segundo as circunstâncias consequentemente era um documento de grande alcance moral, era a segurança da paz, mas ao mesmo tempo, a certeza da guerra (JORNAL DO COMMÉRCIO, 13 de fevereiro de 1917, p. 3).

A entidade ressentia-se de terem sido escolhidos da sua elaboração elementos consideráveis da sociedade brasileira. Pessoas de renome, alheias ao governo, mas atuantes na gestão do negócio público. Era, possivelmente, uma menção aos integrantes da associação detentores de cargos no Legislativo, sobretudo a Rui Barbosa, seu presidente honorário, explicitado na seguinte passagem:

Nenhum dos paredros [sic] políticos logrou ser ouvido, a nenhum foi pedido conselho em assunto de tanta magnitude, nem mesmo a esse que da alta tribuna de uma Universidade estrangeira, suprindo patrioticamente as deficiências do Governo de seu país, falou ao mundo, transmitindo a beligerantes e neutros o pensamento e o modo de sentir do Brasil em relação a Grande Guerra (JORNAL DO COMMÉRCIO, 13 de fevereiro de 1917, p. 3).⁶

A associação, que iniciara suas atividades como órgão de beneficência, sobretudo, desdobrava-se como uma força de expressão sobre a política nacional. As críticas dirigidas na moção era o ápice de uma ação que buscava intervir no poder público, imprimindo sua opinião e sua forma de conduta. A nota do Executivo era examinada pela Liga como o eco de uma política equivocada e humilhante à soberania nacional, contrária ao sentimento público de apoio aos Aliados. Nas palavras da moção:

[...] só a afirmação de rigorosa neutralidade que o Governo da República fez em Agosto de 1914 foi um ato de reconhecida sabedoria e louvável prudência, estava sendo, entretanto, inteiramente desnaturado pelo afrouxamento quer na defesa, quer no exercício dos direitos soberanos, fosse por indiferentismo ou tibieza, fosse por tolerância ou qualquer outra causa. Nada recomendava ao Brasil que se tornasse beligerante, devemos reconhecer importantíssimos direitos e gravíssimos deveres, não se tornasse subserviente no cumprimento destes, nem transigente no respeito devido àqueles (JORNAL DO COMMÉRCIO, 13 de dezembro de 1917, p. 3).

Esse discurso seria repetido à exaustão. A forma com que a entidade posicionou-se diante da neutralidade oficial demonstra o rompimento definitivo com o

conceito de neutralidade anunciado em seus primórdios. Em 1915, não havia necessidade da conjugação das atitudes do Estado e dos seus cidadãos. Em 1917, porém, a Liga pelos Aliados, autoproclamada como representante da opinião pública brasileira, exigia do governo federal a coordenação das suas ações com os desejos da entidade.

Segundo a associação, caso o governo republicano insistisse na continuidade da neutralidade tal qual vinha sendo praticada, abstendo-se de assumir uma atitude moralmente ativa, o Brasil seria excluído da comunidade das nações civilizadas. A passividade diante da violação dessas regras internacionais poderia induzir à conclusão do alijamento brasileiro do mundo da civilização, e, por conseguinte, a privação do reclame de direitos. De acordo com a percepção da entidade, o Brasil não poderia demorar-se em manifestar seu desagravo aos crimes alemães, tão pouco tolerá-los como vinha fazendo, pois arriscaria não ser reconhecido em sua civilidade futuramente pelas nações aliadas, certamente vencedoras, ocasionando embaraços financeiros e políticos ao país. Uma postura condescendente e submissa, e a permanência na posição neutral, tal qual vinha sendo concebida, formava um incongruência entre o Brasil e a Civilização, o Estado e a Nação, o governo e os cidadãos. A neutralidade brasileira, concluía a Liga, era uma transgressão da ordem política e moral.

Nesse ínterim, tornou-se célebre a sua campanha de difamação ao ministro das Relações Exteriores, Lauro Müller. Segundo a lógica da associação, a permanência de Müller, descendente de imigrantes alemães, na chancelaria consistia um entrave para a ade-

são brasileira à causa aliada. Desde o final de 1916, a Liga empreendeu críticas contumazes ao ministro, munida dos argumentos fornecidos por Rui Barbosa na famosa conferência de Buenos Aires. As acusações não apenas recaíam sobre suas tentativas de defender a permanência no estado de neutralidade, escusando-se de indispor o país com qualquer dos blocos beligerantes; levantaram suspeitas sobre a sua ascendência germânica. A Liga, a princípio, mencionava Müller discretamente, denunciando

[...] os sofismas dos falsos patriotas de sangue teutão, ou com afinidades tedescas, que, invocando mal entendido civismo, são partidários velados da mesma política e da mesma moral do germanismo (JORNAL DO COMÉRCIO, 13 de dezembro 1916, p. 3).

Em outra ocasião, assegurou que

[...] o Sr. Presidente da República, surdo às influências germanófilas de pseudopatriotas de origem prussiana imediata, pode e deve acabar com o neutralismo criminoso [...] (JORNAL DO COMÉRCIO, 4 de fevereiro de 1917, p. 4).

Com o torpedeamento do “Paraná”, as restrições feitas a Müller – que ocupava o cargo desde a morte do Barão do Rio Branco – tornaram-se mais frequentes e nominais⁷. Os ataques, antes velados, tornaram-se frontais: na mencionada moção quando do atentado àquela embarcação, a Liga declarou que “a ação do Sr. Ministro do Exterior não se mostra suficientemente clara, numa situação como a atual” (JORNAL DO COMÉRCIO, 8 de abril de 1917, p. 3). Após o rompimento das relações germano-brasileiras, no dia 11 de abril de 1917, a Liga, mais uma vez, demandou a substituição de Müller por Rui

Barbosa na chancelaria brasileira, em meio a denúncias de espionagem alemã no território nacional.

A associação não estava só na campanha de difamação do ministro. As reprovações lançadas na imprensa fluminense, que já eram percebidas quando da proposição de Rui Barbosa sobre a neutralidade, recrudesceram após o rompimento dos laços diplomáticos com a Alemanha.⁸ Ao contrário do presidente Wenceslau Brás, que, em geral, foi elogiado por sua decisão, Lauro Müller teve sua figura desgastada nas páginas dos periódicos. Os desagravos publicados nos jornais apontavam a origem germânica como a razão de sua política condescendente com os atos alemães; era, por conseguinte, não raro apontado como *germanófilo*.⁹ Foi essa, ao menos, a acusação lançada por Medeiros e Albuquerque, vogal da Liga pelos Aliados, em sua coluna no jornal *A Noite*, publicada em 11 de abril de 1917, um dia após o rompimento das relações diplomáticas entre Brasil e Alemanha. O articulista afirmou que as inclinações da raça e educação germânicas do ministro inclinavam-no politicamente em direção ao Reich, em detrimento do seu país natal. A duplicidade de sua nacionalidade – filho de alemães, mas nascido no Brasil – punha em xeque seu patriotismo e sua idoneidade no cargo, perante os próprios colegas estadistas e a opinião pública, comprometendo a credibilidade do governo de Wenceslau Brás:

O que há de angustioso neste momento é que nós devíamos estar absolutamente confiantes na ação do governo. Sabe-se hoje que podemos confiar no Dr. Wenceslau Brás. Sabe-se que sempre que o ministério deliberar reunido, nada há a recear.

Mas o que todos podem temer é o lento preparo do espírito do chefe do Estado, por meio de pequenas notícias e informações tendenciosas, que o Dr. Lauro Müller irá acumulando. E essas informações o Dr. Wenceslau Brás e os outros ministros não as têm senão por essa fonte (*A NOITE*, 11 de abril de 1917, p. 1).

Lauro Müller, como era de se esperar, não resistiria a tantos ataques. Em 2 de maio daquele ano, pediu demissão ao presidente da República, sendo substituído por Nilo Peçanha, parceiro político de Rui Barbosa. A exoneração de Müller foi comemorada pela Liga, que publicou no jornal *A Noite* uma moção parabenizando Wenceslau Brás, porém, apresentando uma interpretação diferente dos fatos. Para a associação, Müller não havia renunciado ao posto, mas, sim, sido demitido pelo presidente. A suposta iniciativa do chefe do Executivo contra “um membro do governo suspeito à causa aliada” foi classificada como um “ato patriótico”, desejando a entidade que fosse uma medida estendida aos demais membros da administração, igualmente questionáveis por suas simpatias pela Alemanha (*A Noite*, 1917, p. 3). Expurgar todos os *germanófilos* do governo federal era, segundo a interpretação da Liga, um passo fundamental para o alinhamento definitivo dos brasileiros com os Aliados, que era “a causa da Humanidade, a causa do Brasil” (*A NOITE*, 11 de maio de 1917, p. 1). A moção encerrava-se com um agradecimento à imprensa fluminense pela ferrenha campanha contra o ex-ministro, percebida como um incentivo para que o Executivo se manifestasse de modo mais favorável aos aliados.

No dia 28 de junho de 1917, o então presidente, Wenceslau Brás, anunciou o rompimento da neutralidade brasileira em relação aos EUA, e, em seguida, em relação à França e à Grã-Bretanha.¹⁰ Em outubro daquele mesmo ano, era declarado o estado de guerra contra o Império Alemão. As pressões da Liga pelos Aliados sobre o governo federal, no entanto, não cessaram mesmo com a entrada brasileira no conflito.

Em 24 de março de 1918, no balanço das atividades da associação no exercício 1917, foi lançado novo manifesto. No documento, cuja autoria era de Reis Carvalho, a Liga expressava a sua decepção para com o estado beligerante assumido pelo Brasil: após inúmeras campanhas e lutas para que o país se tornasse um combatente da “Santa Causa Aliada” – movimento cujo sucesso foi atribuído à iniciativa da associação –, o Brasil continuava a ser “mais um ex-neutro, do que um completo aliado” (JORNAL DO COMÉRCIO, 24 de março de 1918, p. 9). Para a Liga, os resultados da entrada na guerra não correspondiam “aos legítimos ideais da nossa propaganda”, e os governantes não estavam “impregnados do verdadeiro espírito aliado” (JORNAL DO COMÉRCIO, 24 de março de 1918, p. 9). O motivo do reclame era a indolência do governo diante do chamado “perigo alemão”:

Os Alemães persistem na sua obra de penetração econômica, às ocultas e mesmo às claras, secundada pelos Teuto-Brasileiros e mais germanófilos que se proclamam, para encobrir a germanofilia, brasileiro acima de tudo. Ainda mais: deve estar medrando a espionagem polimorfa de que os Teutos são mestres consumados (JORNAL DO COMÉRCIO, 24 de março de 1918, p. 9).

O alerta e a mobilização do governo contra o “perigo alemão” tornou-se a nova incumbência da entidade, porque essa ameaça, de acordo com a sua interpretação, não afetava apenas o Brasil, mas o sucesso da causa aliada. Para a associação, o imperialismo promovido pelo Estado teutônico pretendia estender seus domínios sobre a região sul do país, com o auxílio dos seus súditos ali instalados, conforme o projetado por um plano pangermanista de dominação mundial. Secundário em seus primeiros anos, este tema tornou-se a principal manifestação da Liga nos últimos anos da guerra.

Em abril daquele ano, a Liga lançou um protesto na imprensa reprovando o envio de ajuda militar aos Aliados.¹¹ A moção ao governo poderia ser interpretada como um ato contraditório, mas a associação apresentou suas justificativas: o auxílio militar era mínimo, não bastando o envio de *meia dúzia de esquadras* para o teatro de guerra, mas “a ação imediata e eficiente de acordo mesmo com os desejos manifestados pelos nossos aliados” (JORNAL DO COMÉRCIO, 8 de abril de 1918, p. 4). Segundo a entidade, a ação requisitada pelos irmãos de armas do Brasil era a perseguição política dos partidários da Alemanha, a restrição dos direitos econômicos e políticos dos imigrantes germânicos, além da declaração de guerra à Áustria-Hungria, à Turquia e à Bulgária, parceiros do Império Alemão no conflito. Em resumo, eram essas as demandas que a entidade impetrava, em nome dos interesses da nação, velando também pelos interesses da *Entente*, pois considerava uma injustiça que

[...] estejam morrendo nos campos da França os nossos valentes irmãos da grande aliança, os gloriosos Franco-britânicos, enquanto os alemães aqui domiciliados gozam cinicamente a vida, aplaudindo os feitos miseráveis dos seus corréus europeus (JORNAL DO COMMÉRCIO, 8 de abril de 1918, p. 4).

Assim, a Liga Brasileira pelos Aliados esperava que o Presidente da República soubesse “cumprir o imperioso dever que lhe aponta a consciência nacional, não traíndo, por inqualificável inércia, a santa causa aliada” (JORNAL DO COMMÉRCIO, 8 de abril 1918, p. 4).

A associação seguiu o ano de 1918 eraguendo-se contra o “perigo alemão”, tremulando aquela já conhecida bandeira de luta, sempre evocada nos momentos decisivos da participação brasileira no conflito. Seus boletins demonstram uma atitude aguerrida na campanha contra o que consideravam uma ameaça nacional, clamando por punição contra os “maus brasileiros” que auxiliassem “os teutos e seus cúmplices” contra a “Santa Causa”, e expressando sua aprovação da fiscalização dos bens alemães no Brasil (JORNAL DO COMMÉRCIO, 20 de abril de 1918, p. 4; 11 de maio de 1918, p. 3). Como grupo de pressão, as demandas perante os membros do Estado eram constantes, ao longo de toda a participação brasileira na guerra, até o seu término definitivo.

Considerações finais

A Liga Brasileira pelos Aliados encerrou suas atividades em julho de 1919, após a assinatura do tratado de paz. Seus quase cinco anos de existência foram marcados por po-

lêmicas, dissidências entre os membros, eventos beneficentes grandiosos e uma aguerrida campanha em favor dos Aliados no Brasil. Porém, pode-se afirmar que a associação, que contou no seu quadro de sócios com nomes importantes da intelectualidade brasileira, extrapolou sua proposta inicial de “prestar assistência moral e beneficência e essas nações”.

A entidade serviu à exposição de opiniões acerca de temas caros aos intelectuais do Brasil no início do Século XX. Nos boletins, conferências e artigos publicados nos periódicos fluminenses, evidencia-se uma preocupação com a formação da cultura nacional, e mesmo com a construção do que seria a nacionalidade brasileira. Afirmou-se uma cultura pátria relacionada diretamente à Europa greco-latina, adquirida como herança da colonização portuguesa. Tal assertiva torna-se evidente não apenas por meio da afirmação do alinhamento natural do governo federal aos Aliados, como pelo repúdio ao imigrante alemão, representado como elemento estranho e desagregador do corpo da nação. A comprovação apresentada pela Liga pelos Aliados estaria na conduta do Segundo Reich no conflito mundial.

Para além das preocupações com a definição da nacionalidade brasileira, a associação pode ser interpretada como um lugar de ação política. Muitos dos membros da Liga eram, inclusive, personagens ativas no cenário político dos anos de 1910, tendo cargos nos poderes do Estado. O envolvimento com a política era algo presente entre a intelectualidade brasileira da época, ansiosa em participar da edificação da República a pouco instituída. A associação, ao tentar influenciar as atitudes do governo federal

face ao conflito internacional, buscou angariar destaque nos quadros do poder, e, dessa forma, não apenas relevância para os seus sócios, como participação nos projetos para a nação brasileira.

Pensando acerca da *guerra inexpiável* que assolava o Velho Continente, os integrantes da Liga pelos Aliados refletiam sobre o futuro que almejavam para o Brasil.

Abstract

In March, 1915, the Brazilian League for the Allies was founded in Rio de Janeiro. The association was founded by José Veríssimo e Antônio Reis Carvalho, together with Graça Aranha, Eliseu Montarroyos and Augusto de Araújo Gonçalves. The Brazillian League counts on the help of famous personas in political and cultural scenery of Rio de Janeiro. The association became more than a place where people defended the Allies on the First World War. This article intends to expose and to examine the Brazilian League for the Allies, its proceeding along the years of the war and its reflections about the Brazilian national conformation on the 1910's.

Keywords: First World War. First Republic. Intellectuals.

Abstracto

En marzo de 1915, que fue fundada en Río de Janeiro de la Liga brasileña por los aliados. La iniciativa había dejado el literato José Veríssimo y Antonio Reis Carvalho, al lado de Graça Aranha, Eli-

seo Montarroyos y Augusto Gonçalves de Araújo a, y creció el apoyo de ilustres personajes de la escena política y cultural carioca. La asociación se ha convertido en los últimos años un importante bastión conflicto europeo de apoyo a los aliados, sin embargo, fue más allá de su objetivo inicial. Este artículo trata de exponer y analizar, a través de sus boletines de noticias publicados en Río de prensa, el papel de la asociación durante los años de conflicto y de sus reflexiones sobre la formación nacional de Brasil en la década de 1910.

Palabras clave: Primera Guerra Mundial. Primera República. Intelectuales.

Notas

- ¹ Hermes da Fonseca, presidente do Brasil quando do início da guerra, afirmou a neutralidade do país em relação aos dois grupos em conflito. No dia 4 de agosto de 1914, baixou o decreto nº 11.037, em que proibia aos estrangeiros e nativos prestarem auxílio ou demonstrarem hostilidade a qualquer dos combatentes. No entanto, Hermes da Fonseca parecia mais temeroso em estipular as relações comerciais com os países envolvidos na guerra, uma vez que dois de seus principais parceiros comerciais – Grã-Bretanha e Império Alemão – enfrentavam-se nos campos de batalha.
- ² No dia 4 de agosto de 1914, a Bélgica teve seu território invadido e ocupado pelas tropas alemãs, que objetivavam chegar à França. Tal fato foi utilizado largamente pela imprensa e governo aliados para sensibilizar a opinião pública de seus respectivos países e dos países neutros. Acusavam os alemães de terem desrespeitado a soberania nacional belga, e denunciavam supostas atrocidades cometidas pelo exército alemão contra os habitantes locais. Esse episódio ficou conhecido como “Estupro da Bélgica”.
- ³ A despeito das críticas, o discurso de Netto agradou ao vice-presidente da associação. Em carta enviada ao literato, José Veríssimo felicitava o orador pelo sucesso alcançado, e exortava a correlação entre as suas palavras e o sentimento da

plateia. Afirmava o remetente: “Você deu na sua palavra imaginosa e arrebatadora um lustre admirável, e soube exprimir como cada um de nós queria poder fazê-lo, e que nos ia na alma a todos. E sobre a descrição das supostas barbáries alemãs, concluiu Veríssimo: “Nada mais honroso para a nossa consciência nacional, nem mais salutar para alma brasileira do que a sua quase unânime reprovação, o seu horror dessas barbaridades inomináveis.” VERÍSSIMO, José. [Carta] de 10 abr. 1915, Rio de Janeiro, [para] NETTO, Coelho. Arquivo da Academia Brasileira de Letras. Arquivo José Veríssimo. 502-c-90, Pasta 10.

⁴ A Guerra do Conestado foi um conflito entre posseiros e as tropas federais e estaduais, na região de fronteira entre o Paraná e Santa Catarina. O confronto, iniciado em 1912, perdurou até o ano de 1916, resultando em inúmeras mortes.

⁵ Certamente, nas repreensões ao governo brasileiro, a associação tinha em mente a atitude dos Estados Unidos que, na ocasião da nota alemã, rompeu as relações diplomáticas com o Segundo Reich. O Itamaraty, ao contrário de Washington, preferiu manter o tom moderado, protestando contra a decisão do Império e dirigindo a este a total responsabilidade sobre qualquer prejuízo ou atentado contra cidadãos e bens brasileiros.

⁶ Idem. Nessa passagem, a Liga referia-se ao episódio ocorrido na Faculdade de Direito de Buenos Aires, em junho de 1916. Naquele mês, Rui Barbosa encontrava-se no país como representante brasileiro nas comemorações do centenário da independência argentina. Convidado pela referida faculdade para discursar aos seus membros, Barbosa aproveitou a ocasião para imprimir uma dura crítica aos países neutros na guerra, bem como repreender o Império Alemão. O desagravo do senador baiano repercutiu na imprensa nacional e estrangeira, sobretudo aliada. Posteriormente, seu discurso na Faculdade de Direito ficou conhecido como “Deveres dos Neutros”.

⁷ Em abril de 1917, o vapor brasileiro “Paraná” foi posto a pique por torpedos alemães, causando a morte de três brasileiros.

⁸ Quando da divulgação da conferência na universidade platina e da reafirmação da neutralidade brasileira, Lauro Müller foi agressivamente atacado na imprensa fluminense. Eram feitas denúncias sobre o seu suposto germanofilismo, e os prejuízos ao Brasil das suas origens teutônicas. Lê-se no editorial do *Jornal do Comércio*, em 27 de junho de 1916: “O Sr. Lauro Muller, pode ser, apesar do trema, um ótimo Ministro e o tem sido mais de uma vez. Reúne para isso todas as aptidões. Mas daí não se segue que não devamos

dizer que, no momento, a sua presença na pasta do Exterior desperte, e isto muito naturalmente, num grupo de nações beligerantes, não diremos suspeitas, mas prevenções oriundas de sua descendência, como ninguém sabe se não suscitará, do lado oposto, simpatias, que acaso não se coadunem bem com a tal neutralidade absoluta, preconizada por alguns, como a legítima e conveniente no Brasil, e que nós, com Ruy Barbosa e com o perdão dos sábios, teimamos em considerar absurda, cega, manca e prejudicial” (*Jornal do Comércio*, 27 de junho de 1916, p. 6).

⁹ Nos discursos sobre a Primeira Guerra Mundial vistos nos jornais brasileiros, adotou-se o termo *germanófilo* e *aliadófilo* para denominar os que assumiram o partido de algum dos lados em conflito. No entanto, em meio ao intenso debate travado a respeito da guerra, não raro os seus participantes eram assim nomeados ao manifestarem reprovações ou elogios às atitudes dos combatentes, de forma indiscriminada.

¹⁰ Os EUA haviam entrado na guerra em janeiro de 1917, ao lado da Tríplice Entente, após o torpedeamento de um navio mercante com a sua bandeira, por submarinos alemães.

¹¹ Ao final do ano de 1917, começou-se a cogitar o envio de auxílio militar às tropas aliadas, como forma de garantir a participação brasileira nas conferências de paz. Após negociação com as forças da *Entente*, que incluiu a cessão dos navios alemães em águas brasileiras aos franceses, o Brasil acertou uma série de contribuições para o teatro de guerra, dentre elas o envio de um grupo de aviadores para serem treinados na Inglaterra, nos Estados Unidos e na França; a instalação de um hospital em Paris, chefiado por uma missão médica brasileira; e a expedição de uma divisão naval para contribuir com a Marinha britânica no patrulhamento da costa ocidental africana. Em janeiro de 1918, partiu o grupo de aviadores e, em maio daquele ano, um mês depois da publicação do apelo da Liga pelos Aliados, deixou o porto do Rio de Janeiro os primeiros contratorpedeiros da DNOG, a Divisão Naval em Operações de Guerra. Sobre a contribuição militar do Brasil na guerra, ver Mendonça (2008) e Vinhosa (1990, p. 157-183).

Referências

- A NOITE. Rio de Janeiro: 1915-1920.
- JORNAL DO COMÉRCIO. Rio de Janeiro: 1915-1919.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- AUDOIN-ROUZEAU, Stéphane; BECKER, Annette. "Violência e consentimento: a 'cultura de Guerra' do primeiro conflito mundial". In: RIOUX, Jean Pierre; SIRINELLI, Jean François (Orgs.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1997. p. 237-256.
- ÁZEMA, Jean Pierre. "A guerra". In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 401-439.
- AZEVEDO, Maria Helena Castro. *Um senhor modernista: biografia de Graça Aranha*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2001.
- BARBOSA, Rui. *Obras completas de Rui Barbosa: Embaixada a Buenos Aires*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1981. v. 53, t. 1.
- BECKER, Jean-Jacques. "A opinião pública". In: RÉMOND, Réne (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 185-211.
- BERSTEIN, Serge. "A cultura política". In: RIOUX, Jean Pierre; SIRINELLI, Jean François (Orgs.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1997. p. 349-363.
- COZZA, Dino Willy. "A participação do Brasil na Primeira Guerra Mundial". *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*, a. 157, n. 390, Rio de Janeiro, p. 97-110, jan./mar. 1996
- GARAMBONE, Sidney. *A primeira guerra mundial e a imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.
- HOBSBAWM, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX. 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- JACOBI, A. *Into the abyss. The legacy of the "Rape of Belgium" propaganda*. 2009. 112 f. Tese (Doutorado em História) - Georgetown University, Georgetown, 2009.
- MENDONÇA, Valterian Braga. *A experiência estratégica brasileira na primeira guerra mundial: 1914-1918*. 2008. 137 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2008.
- RIOUX, Jean-Pierre. "A associação em política". In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 99-139.
- SIRINELLI, Jean François. "As elites culturais". In: RIOUX, Jean Pierre; _____. (Orgs.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1997. p. 347-390.
- _____. "Os intelectuais". In: RÉMOND, Réne (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 231-269.
- VINHOSA, Francisco Luiz Teixeira. *O Brasil e a primeira guerra mundial: a diplomacia brasileira e as grandes potências*. Rio de Janeiro: IHGB, 1990.